

...continuação

Parágrafo nono: A assunção de obrigações pela Companhia em atividades que sejam estranhas ao seu objeto social, bem como a oneração ou a venda de bens imóveis da Companhia, somente poderão ser realizadas mediante autorização da Assembleia Geral. **Parágrafo décimo:** Fica vedado o uso do nome da Companhia em negócios estranhos ao seu objeto e em qualquer aplicação de favor, inclusive a outorga de fiança, aval ou garantia em negócios ou operações de terceiros, excluindo-se dessa proibição a prestação de fianças em contratos de locação residencial para funcionários ou em contratos de locação não residencial para sociedades que pertençam ao mesmo grupo econômico da Companhia, desde que observados as políticas da Companhia. **Parágrafo décimo primeiro:** A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário, mediante convocação por escrito por qualquer dos Diretores, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, devendo constar da convocação a data, horário e os assuntos que constarão da ordem do dia. **Parágrafo décimo segundo:** As reuniões da Diretoria somente serão instaladas com a presença da maioria de seus membros. Cada Diretor terá direito a 1 (um) voto nas reuniões da Diretoria, e as deliberações serão tomadas com base no voto afirmativo da maioria dos Diretores presentes, observadas as disposições deste Estatuto Social. **Artigo 7º - Exercício Social e Balanço:** O exercício social começará em 1º de outubro e terminará em 30 de setembro do ano civil seguinte. **Parágrafo primeiro:** Ao fim de cada exercício social, será levantado o balanço patrimonial e elaboradas as demonstrações financeiras pela Diretoria, de acordo com os requisitos e as formalidades previstos em lei, além do disposto no presente Estatuto Social. **Parágrafo segundo:** A Companhia poderá, a qualquer tempo, levantar balanços mensais, trimestrais ou semestrais, em cumprimento a requisitos legais, ou para atender a interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares, mediante deliberação dos acionistas e atendidos os requisitos legais. Estes dividendos, caso distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Parágrafo terceiro:** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda. Observado o disposto neste Estatuto Social, o lucro líquido apurado em cada exercício terá a seguinte destinação: (I) a parcela de 5% (cinco por cento) será deduzida para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social; (II) os acionistas terão direito a um dividendo anual obrigatório de, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das S.A., e compensados os dividendos que tenham sido declarados no exercício; e (III) o saldo remanescente, após atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral, observada a legislação aplicável. **Parágrafo quarto:** A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o seu saldo, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social. **Parágrafo quinto:** Do lucro líquido serão destacados, ainda, se necessário, os valores destinados à formação de reservas para contingências e lucros a realizar, na forma da Lei das S.A., mediante proposta da Diretoria, *ad referendum* da Assembleia Geral. **Parágrafo sexto:** Observadas as disposições legais pertinentes, a Companhia poderá pagar a seus acionistas, por deliberação da Assembleia Geral, juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Parágrafo sétimo:** Os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido colocados à disposição dos acionistas, reverterão em proveito da Companhia. **Artigo 8º - Assembleia Geral:** A Assembleia Geral dos acionistas, nos termos da lei, reunir-se-á: I - ordinariamente, nos 04 (quatro) primeiros meses, depois de findo o exercício social para: (a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; (b) eleger os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, quando for o caso; (c) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício, se houver, e a distribuição de dividendos, ou o pagamento de juros sobre o capital social, conforme o caso; e (d) fixar a remuneração dos administradores. II - extraordinariamente, sempre que, mediante convocação na forma da lei e do presente Estatuto Social, os interesses sociais aconselharem ou exigirem o pronunciamento dos acionistas. **Parágrafo primeiro:** A Assembleia Geral será instalada nos termos da lei e presidida por quem os acionistas presentes escolherem. O secretário de mesa será escolhido pelo Presidente da Assembleia. **Parágrafo segundo:** Somente poderão participar das Assembleias Gerais os acionistas cujas

ações estejam registradas em seu nome no Livro de Registro de Ações Nominativas até 48 (quarenta e oito) horas antes da data designada para a realização da Assembleia. **Parágrafo terceiro:** Aos acionistas assiste o direito de se fazerem representar por procuradores nas Assembleias Gerais, constituídos há menos de 1 (um) ano, que sejam acionistas, administradores da Companhia ou advogados. **Parágrafo quarto:** Ressalvadas as hipóteses previstas em lei, a Assembleia Geral será convocada por qualquer um dos Diretores, quando estes entenderem conveniente ou necessário, mediante edital, publicado com 08 (oito) dias de antecedência, no mínimo, da data marcada para sua realização, podendo tal edital ser assinado apenas por um Diretor, dele devendo constar a descrição dos assuntos a serem tratados na Assembleia Geral. **Parágrafo quinto:** Independentemente das formalidades referentes à convocação das Assembleias Gerais previstas neste Artigo, será regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. **Parágrafo sexto:** Exceto se maior *quorum* for exigido pela legislação aplicável, as deliberações das Assembleias Gerais serão tomadas pela maioria absoluta dos votos, não computados os votos em branco. **Artigo 9º - Conselho Fiscal:** A Companhia terá um Conselho Fiscal, não permanente, que poderá ser instalado mediante deliberação dos acionistas, conforme previsto em lei. Quando instalado, o Conselho Fiscal terá as obrigações e poderes conferidos pela Lei das S.A. **Parágrafo primeiro:** O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e por igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, sendo permitida a reeleição. **Parágrafo segundo:** Os membros do Conselho Fiscal serão investidos nos cargos mediante termo de posse, lavrado no livro próprio. **Artigo 10º - Implementação das Normas Internas:** Compete aos membros da Diretoria a implementação na Companhia das normas internas expedidas pela Siemens AG e/ou de outras empresas do grupo às quais compita emitir normas de abrangência geral no conglomerado ("normas internas"). Para tanto, ficam os membros da Diretoria incumbidos de: (1) informar-se permanentemente sobre as Normas Internas; (2) verificar se, sob o ponto de vista da legislação local aplicável, a implementação das Normas Internas na Companhia é possível. Se a verificação chegar a um resultado positivo, a Diretoria deverá tomar todas as medidas necessárias para implementar o mais rápido possível as Normas Internas e informar imediatamente o departamento emissor da respectiva norma, bem como a área central no âmbito do conglomerado Siemens apontado como responsável pela sua implementação, mediante apresentação da respectiva documentação. Se a Diretoria chegar à conclusão de que, por motivos legais, a implementação de determinada Norma Interna não é possível ou somente é possível com modificações, deverá informar imediatamente o departamento emissor da respectiva norma, bem como a área central no âmbito do conglomerado Siemens apontado como responsável pela sua implementação, apresentando os motivos deste impedimento. Até o esclarecimento definitivo a respeito do modo de implementação da respectiva Norma Interna, a diretoria deverá implementá-la na forma que mais se aproxime do sentido e da finalidade pretendidas, desde que isto seja legalmente possível; (3) revogar normas e diretrizes já existentes, que estiverem em desacordo com as novas Normas Internas que vierem a ser implementadas; (4) após a implementação de uma Norma Interna, tomar todas as medidas necessárias a fim de assegurar sua observância contínua e o controle regular desta observância; (5) informar imediatamente o departamento emissor da respectiva norma, bem como a área central no âmbito do conglomerado Siemens apontado como responsável pela sua implementação, sempre que por motivos legais a aplicação de uma Norma Interna implementada não seja mais possível total ou parcialmente; (6) documentar de modo apropriado o processo descrito sob os números (1) a (5) a respeito da informação, verificação, implementação e retorno relativo à implementação das Normas Internas; e (7) estabelecer e impor a observância das obrigações descritas sob os números (1) a (6) também em empresas nas quais a Companhia detenha a maioria do direito a voto. Em caso de nomeação de um novo membro da Diretoria, este novo nomeado deverá ser informado pela Assembleia Geral, ou por uma área por esta designada, a respeito das obrigações resultantes do presente artigo. **Artigo 11º - Dissolução e Liquidação da Companhia:** A Companhia será dissolvida e/ou liquidada nos casos e na forma previstos em lei. A Assembleia Geral determinará o modo de liquidação e nomeará o liquidante.

| BALUARTE S.A. CORRETORA DE CÂMBIO | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|-------|-------|---|---------|---------|---|-------|---|--|------------|-------|------|--|--|----|--|
| CNPJ/MF nº 61.688.131/0001-06 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Demonstrações Financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 - (Em milhares de Reais) | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Balanços patrimoniais | | | | | | Demonstrações do resultado | | | | | | | | | | |
| Ativo | 2014 | 2013 | Passivo | 2014 | 2013 | 2º semestre | | Exercício | | | | | | | | |
| Circulante | 282 | 550 | Circulante | 2.086 | 2.288 | 2014 | | 2014 | | 2013 | | | | | | |
| Disponibilidades | 19 | 45 | Outras obrigações | 2.086 | 2.288 | Outras receitas/despesas operacionais (452) | | (723) | | (147) | | | | | | |
| Outros créditos | 263 | 505 | Fiscais e previdenciárias | 2.008 | 2.187 | Receitas de prestação de serviços | | 518 | | 1.140 | | | | | | |
| Rendas a receber | 193 | 117 | Diversos | 78 | 101 | Despesas de pessoal | | (362) | | (731) | | | | | | |
| Diversos | 70 | 388 | Provisão para pagamentos a efetuar | 78 | 101 | Outras despesas administrativas | | (221) | | (518) | | | | | | |
| Negociação e intermediação de valores | - | 20 | Não circulante | 37 | 37 | Despesas tributárias | | (8) | | (8) | | | | | | |
| Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa | - | (20) | Outras obrigações | 37 | 37 | Outras receitas operacionais | | - | | 7 | | | | | | |
| Imposto de renda a compensar | 70 | 263 | Provisão para passivos contingentes | 37 | 37 | Outras despesas operacionais | | (379) | | (613) | | | | | | |
| Pagamentos a ressarcir | - | 125 | Patrimônio líquido | 6.282 | 6.837 | Resultado operacional | | (452) | | (723) | | | | | | |
| Realizável a longo prazo | 6.185 | 6.641 | De domiciliados no país | 9.902 | 9.902 | Outras receitas/despesas não operacionais | | 169 | | 169 | | | | | | |
| Outros créditos | 6.185 | 6.641 | Prejuízos acumulados | (3.603) | (3.048) | Lucro na alienação de valores e bens | | 169 | | 169 | | | | | | |
| Títulos e créditos a receber | 6.131 | 6.587 | (-) Ações em tesouraria | (17) | (17) | Prejuízo do semestre/exercício | | (283) | | (554) | | | | | | |
| Devedores por depósitos em garantia | 54 | 54 | Total do passivo e patrimônio líquido | 8.405 | 9.162 | Número de ação | | 26.750.000 | | 26.750.000 | | | | | | |
| Permanente | 1.938 | 1.971 | Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | | | Prejuízo por ação do capital social | | (0,0106) | | (0,0207) | | | | | | |
| Investimento | 1.886 | 1.886 | Capital social | 9.902 | (3.320) | Ações em tesouraria | (17) | 26.750.000 | | 26.750.000 | | | | | | |
| Participações em coligada e controlada | 1.865 | 1.865 | Prejuízos acumulados | - | (283) | Total | 6.565 | (0,0055) | | | | | | | | |
| Outros investimentos | 21 | 21 | Saldos em 1º/7/2014 | 9.902 | (3.320) | (17) | 6.565 | Demonstrações dos fluxos de caixa | | | | | | | | |
| Imobilizado | 52 | 85 | Prejuízo do semestre | - | (283) | - | (283) | 2º semestre | | Exercício | | | | | | |
| Imobilizado de uso | - | 100 | Saldos em 31/12/2014 | 9.902 | (3.603) | (17) | 6.282 | 2014 | | 2013 | | | | | | |
| Outras imobilizações de uso | 486 | 493 | Mutações do semestre | - | (283) | - | (283) | Fluxos de caixa das atividades operacionais | | | | | | | | |
| (-) Depreciações acumuladas | (434) | (508) | Saldos em 1º/01/2014 | 9.902 | (3.049) | (17) | 6.836 | Prejuízo ajustado | | (449) | | | | | | |
| | - | 74 | Prejuízo do exercício | - | (554) | - | (554) | Prejuízo do semestre / exercício | | (283) | | | | | | |
| Total do ativo | 8.405 | 9.162 | Saldos em 31/12/2014 | 9.902 | (3.603) | (17) | 6.282 | Ajustes: Depreciação | | 3 | | | | | | |
| Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis | | | Mutações do exercício | - | (554) | - | (554) | Lucro na alienação de valores e bens | | 169 | | | | | | |
| 1. Contexto operacional - A Sociedade tem por objeto exclusivo a intermediação em operações de câmbio e prática de operações no mercado de câmbio de taxas flutuantes. 2. Apresentação das demonstrações contábeis - As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e apresentadas com as diretrizes estabelecidas, pelo Banco Central do Brasil, por meio do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para Imposto de Renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. 3. Resumo das principais práticas contábeis: (a) Permanente - O imobilizado de uso está contabilizado ao custo de aquisição e a depreciação foi calculada pelo método linear, com base em parâmetros e taxas estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, sendo de 20% a.a. "Direitos de Uso-Software" 10% a.a. para "Sistema de Processamento de Dados", "Equipamentos e Sistema de Comunicação", "Sistema de Telefonia e Leasing" e 4% a.a. para "Imóveis" e 10% a.a. para "Instalações". (b) Apreciação de resultado - As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. Os rendimentos e as despesas de natureza financeira são calculados com base no método exponencial, observando-se o critério "pro rata dia". (c) Ativo e passivo circulantes e não circulantes - Os ativos são reconhecidos pelos valores de realização, incluindo os rendimentos, as variações monetárias auferidas e os passivos demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridas. 4. Outros créditos-outras rendas a receber - realizável a longo prazo | | | Saldos em 1º/01/2013 | 9.902 | (2.901) | (17) | 6.984 | Aumento / (diminuição) nos subgrupos do ativos operacionais | | 356 | | | | | | |
| | | | Prejuízo do exercício | - | (147) | - | (147) | Outros créditos | | 356 | | | | | | |
| | | | Saldos em 31/12/2013 | 9.902 | (3.048) | (17) | 6.837 | Aumento / (diminuição) nos subgrupos do passivos operacionais | | (68) | | | | | | |
| | | | Mutações do exercício | - | (147) | - | (147) | Outras obrigações | | (68) | | | | | | |
| | | | método de equivalência patrimonial, sendo os principais dados os seguintes: Nome da controlada: Baluarte Commodities Corretora de Mercadorias Ltda. | | | | | | Caixa líquido (aplicado nas) / proveniente das atividades operacionais | | (160) | | | | | |
| | | | Capital: | 1.850 | 1.850 | 2014 | | | | | | 2013 | | | | |
| | | | Patrimônio líquido: | 1.865 | 1.865 | Recebimento pela venda de valores e bens | | | | | | 161 | | | | |
| | | | Percentual de participação: | 99,90% | 99,90% | Aquisição de ativo imobilizado | | | | | | - | | | | |
| | | | Os Administradores da controlada decidiram pela paralisação das atividades operacionais por tempo indeterminado. 6. Capital social - O capital social está representado por 26.750.000 ações, sendo 13.375.000 ordinárias nominativas e 13.375.000 preferenciais nominativas, todas sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, na data do balanço, por acionistas domiciliados no país. O estatuto determina a distribuição de dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido, depois de deduzida a reserva legal. 7. Contingências: (a) As declarações de renda dos últimos cinco exercícios estão sujeitas à revisão e aprovação pelas autoridades fiscais. Outros impostos e contribuições permanecem sujeitos à revisão e aprovação pelos órgãos competentes por períodos variáveis de tempo; (b) A 1ª Turma do Tribunal Regional da 3ª Região deu provimento ao Recurso de Apelação, interposto pela Corretora, contra a sentença que afastou a incidência da Contribuição Previdenciária, incidente sobre a remuneração de trabalhadores avulsos, autônomos e administradores e autorizou a compensação dos valores indevidamente recolhidos desde setembro de 1989 a abril de 1994, devidamente corrigidos com os índices constantes da mencionada decisão e sem qualquer limitação por período. A Corretora, amparada pela medida liminar Processo nº 1999.961.003.229-66, efetua compensação de 100% da contribuição previdenciária incidente sobre folha de salários; (c) Em 29/8/2006, fez adesão ao Programa de Parcelamento Incentivado (PPI) da Prefeitura do Município de São Paulo para pagamentos de Imposto Sobre Serviços (ISS) em 120 meses; (d) Em novembro de 2009, fez adesão ao parcelamento da Lei nº 11.941/09, referente aos tributos administrados pela Receita Federal do Brasil. A Empresa incluiu no parcelamento as dívidas do REFIS, cuja adesão ocorreu em 2006; (e) Em 25/8/14, a Corretora fez adesão ao parcelamento da Lei 12.996/14, referentes aos impostos e contribuições administrados pela Receita Federal | | | | | | Disponibilidades: No início do período | | | | | | 18 | |
| | | | No final do período | | | | | | 19 | | 45 | | | | | |
| | | | e Previdenciária do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. A Corretora incluiu neste parcelamento os débitos do parcelamento da Lei 11.941/2009, REFIS IV. Nas datas das demonstrações contábeis, a Corretora apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados às contingências:Depósitos judiciais | | | | | | Provisões para contingências | | 2014 | | | | | |
| | | | Contingências tributárias | | | | | | 54 | | 2013 | | | | | |
| | | | | | | | | | 54 | | 2014 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2013 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2014 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2013 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2014 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2013 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2014 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2013 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2014 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2013 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2014 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2013 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2014 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2013 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2014 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2013 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2014 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2013 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2014 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2013 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2014 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2013 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2014 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2013 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2014 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2013 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2014 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2013 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2014 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2013 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2014 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2013 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2014 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2013 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2014 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2013 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2014 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2013 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2014 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2013 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2014 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2013 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2014 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2013 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2014 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2013 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2014 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2013 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2014 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2013 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2014 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2013 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2014 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2013 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2014 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2013 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2014 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2013 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2014 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2013 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2014 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2013 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2014 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2013 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2014 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2013 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2014 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2013 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2014 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2013 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2014 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2013 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2014 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2013 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2014 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2013 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2014 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2013 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2014 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2013 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2014 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2013 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2014 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2013 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2014 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2013 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2014 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2013 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2014 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2013 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2014 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2013 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2014 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2013 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2014 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2013 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2014 | | | | | |
| | | | | | | | | | 37 | | 2013 | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | |